



RESOLUÇÃO

Valorizar a luta do trabalho e dos trabalhadores é o caminho!

A União Europeia dá sinais de desagregação económica e política. O Brexit veio acentuar esse caminho da U.E. corroída pelas políticas de austeridade. No pântano da crise vai crescendo a extrema-direita, na U.E. e no mundo. Estamos a assistir a uma grave crise social e humana, perante a fraqueza e a derrota dos movimentos sociais e a dificuldade de afirmação de alternativas das forças de esquerda, ousando uma política que responda aos problemas reais das trabalhadoras e dos trabalhadores.

A financeirização económica e as políticas do «semestre europeu» têm acrescentado crise à crise, aprofundando o desmantelamento do chamado Estado de Bem-Estar Social e das políticas de pleno emprego, aumentando as desigualdades e a pobreza, o desemprego e a precariedade, e fragilizando o direito do trabalho e as relações sociais de produção, num retrocesso sem precedentes.

No contexto nacional, as relações de trabalho mantêm-se profundamente desequilibradas a favor do capital; contudo, o Governo tem recusado o restabelecimento do direito à contratação coletiva e o fim do regime de caducidade automática das convenções coletivas de trabalho e a restauração do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador.

A precariedade atinge mais de 1 milhão de trabalhadores que continuam sem resposta. Há patrões que persistem impunemente em desregular horários, intensificar os ritmos de trabalho, e pôr em causa o dia de descanso complementar. Recorrem à intimidação e ao assédio para que os trabalhadores não exerçam os seus direitos individuais e coletivos, aumentando o número de trabalhadores afetados por doenças profissionais.

Constata-se uma ligeiríssima melhoria do rendimento que contribuiu para o crescimento da economia e do emprego; no entanto, continuam a existir enormes injustiças na distribuição da riqueza e os baixos salários e a pobreza, abrangem uma parte significativa da população. São problemas estruturais que justificam a rutura com a política austeritária da direita.

Os aderentes e ativistas do Bloco de Esquerda reunidos no dia 25 de Novembro no Hotel Zurique em Lisboa, passaram em revista as atuais políticas internacionais e nacionais aprofundaram o debate das questões laborais e sociais e assumem a necessidade de aprofundar a luta, assegurar a mudança, afirmar os direitos, liberdades e garantias propondo-se,

NAS QUESTÕES LABORAIS:

- Lutar pelo aumento geral dos salários e a fixação do salário mínimo nacional em 600 euros;
- Lutar pelos 25 dias úteis de férias;
- Lutar pelas 35 horas de trabalho semanal para os sectores privado e publico;

- Lutar pelo emprego com direitos e contra a precariedade (no público e no privado);
- Lutar pela garantia de igualdade de condições de trabalho entre os trabalhadores com contratos de trabalho em funções públicas (CTFP) e aqueles com quem foram celebrados contratos individuais de trabalho (CIT) submetendo todos os trabalhadores da Administração Direta e Indireta do Estado ao regime jurídico plasmado na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;
- Lutar pelo fim das empresas de trabalho temporário;
- Lutar pelo incremento e dinamização da contratação coletiva, pelo fim da caducidade automática das convenções coletivas;
- Lutar por aumentos salariais igual para todos; Pela efetiva igualdade salarial entre homens e mulheres;
- Lutar pela revogação das normas que flexibilizam e facilitam os despedimentos individuais e coletivos e reduzem as indemnizações;
- Lutar contra o aumento do número de horas de trabalho e a desregulação dos horários de trabalho e do trabalho por turnos e noturno;

NAS QUESTÕES SOCIAIS:

- Lutar pelo aumento das pensões e reformas e pelo fim de todas as penalizações para os trabalhadores que, com 40 anos de contribuições, queiram aceder à reforma ou aposentação;
- Lutar pela reposição da idade legal de reforma nos 65 anos, pondo fim ao fator de sustentabilidade; reconhecimento das profissões de desgaste rápido, antecipando a idade de reforma para os 55 anos sem qualquer penalização;
- Lutar pela revisão da lei do subsídio de desemprego tornando-o mais abrangente e universal, pelo fim do conceito de emprego conveniente e dos contratos de emprego e inserção;
- Lutar por uma nova e mais rápida política pública de inserção profissional para os desempregados;
- Lutar pela sustentabilidade do sistema público de segurança social e pela diversificação das fontes de financiamento;
- Lutar pelo reforço, melhoria e universalidade dos serviços públicos e das funções sociais do Estado;
- Lutar pela revisão dos critérios de atribuição dos apoios da ação social escolar, de modo a abranger maior número de crianças e jovens;
- Lutar por melhor SNS com a criação de mais centros de saúde de proximidade;
- Lutar por uma Escola Pública melhor, universal, inclusiva e mais solidária.

Os aderentes e ativistas do Bloco de Esquerda reafirmam a importância de todas as reivindicações aprovadas neste Encontro, considerando o papel imprescindível da luta dos trabalhadores na sua defesa, reposição e conquista. Apela ao reforço da organização e à unidade de todos os trabalhadores, à intensificação da ação e da luta reivindicativa nos locais de trabalho e na intervenção social.

Esta resolução deve ser enviada para: Mesa Nacional do Bloco de Esquerda; Comissão Política do Bloco de Esquerda; Grupos Parlamentares; CGTP-IN Intersindical Nacional e à Comunicação social